



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Coordenação de Auditoria de Contas Anuais
Diretoria de Auditoria de Contas nas Áreas de Economia, Serviços e Políticas
Públicas

Relatório de Auditoria n.º 68/2021 - CGDF/SUBCI/COAUC/DAESP Brasília-DF, 01 de dezembro de 2021.

RELATÓRIO DE CONTAS

Unidade: Fundo de Modernização e Reparelhamento da Administração Fazendária - FUNDAP

Assunto: Tomada de Contas Anual

Exercício: 2016

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a Subcontroladoria de Controle Interno da Controladoria-Geral do Distrito Federal realizou auditorias que envolveram a Unidade e o exercício sob análise, não foi necessária a realização de auditoria específica para compor as contas da Unidade.

Dessa forma, este relatório apresentará apenas a execução orçamentário-financeira da Unidade, a análise das peças processuais das Contas apresentadas pelos gestores, a consolidação dos pontos identificados nos outros relatórios elaborados para o período, os quais seguirão em anexo, e a avaliação de eficácia e eficiência por gestão.

Os documentos elaborados pela CGDF, e já publicados anteriormente, utilizados na composição desse Relatório de Contas foram os seguintes:

- Relatório de Auditoria nº 55/2021 – DAESP/COAUC/SUBCI/CGDF.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

Na tabela a seguir é apresentada a execução orçamentário-financeira da unidade para o período sob análise.

TABELA 1 – Execução orçamentário-Financeira

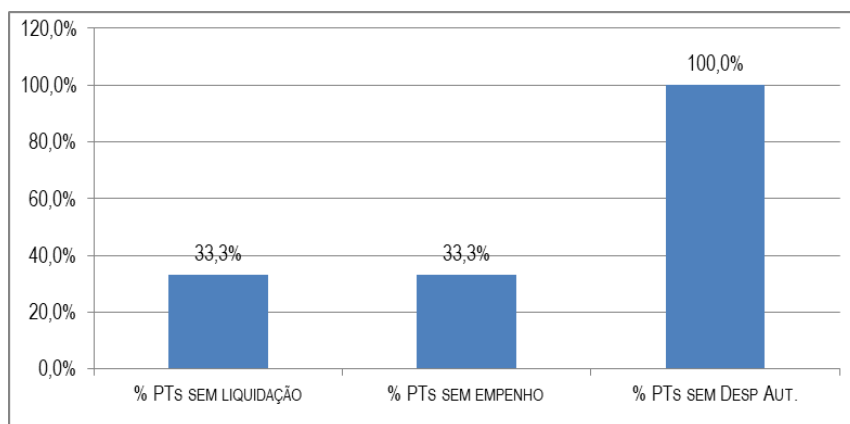
Tipo Programa	Dot. Inicial (A)	Desp. Aut. (B)	% (B/A)	Empenhado (C)	% (C/B)	Liquidado (D)	% (D/C)	RPNP (E)	% (E/C)
Programa Temático	10.788.875	6.650.026	61,6%	4.310.379	64,8%	3.905.681	90,6%	404.698	9,4%
Total	10.788.875	6.650.026	61,6%	4.310.379	64,8%	3.905.681	90,6%	404.698	9,4%

Fonte: SIGGo/Microstrategy – extraído em 27/11/2021.

2.1. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO

Na tabela a seguir são apresentadas estatísticas relacionadas a execução dos Programas de Trabalho cadastrados na Lei Orçamentária Anual para a Unidade sob análise.

FIGURA 1 – Execução dos Programas de Trabalho



Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do SIGGo/Microstrategy em 27/11/2021.

Verifica-se que o percentual da Despesa Autorizada empenhada foi de 64,8%, e 33,3% dos Programas de Trabalho – PTs finalizaram o exercício sem empenhos.

3. EXAME DAS PEÇAS PROCESSUAIS

Constam no Sistema e-Contas os documentos e informações exigidas pelo art. 10 da Instrução Normativa n.º 02/2016 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

4. CONSTATAÇÕES REFERENTES AO PERÍODO

Na tabela a seguir são apresentadas as constatações constantes de relatórios e inspeções que envolveram a unidade e o período sob análise. Os documentos citados seguem em anexo ao presente Relatório.

TABELA 2 - Resultados de auditorias e inspeções

Documento	Constatação			Recomendações	Classificação da falha
	Gestão	Subitem	Descrição		
				<p>R.1) Demandar à unidade de suporte ao Conselho que verifique a qualidade dos relatórios de execução contratual e elabore resumo executivo das atividades em curso para ciência dos membros do Conselho;</p> <p>R.2) Realizar acompanhamento periódico junto aos executores de contratos durante e ao final do ajustes custeados com</p>	

RA 55/2021 - DACIG	Fiscal	1.1	<p>FALTA DE ACOMPANHAMENTO DA EFETIVIDADE DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA</p>	<p>recursos do FUNDAF, via convite de comparecimento destes às reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;</p> <p>R.3) Incluir nos relatórios previstos no art. 5º, inciso VII, análise relativa aos efeitos e impactos dos recursos disponibilizados na modernização e reaparelhamento da Administração Fazendária, de preferência evidenciando ganhos em qualidade, agilidade e resiliência dos serviços públicos prestados</p>	Média
RA 55/2021 - DACIG	Fiscal	1.2	<p>PUBLICAÇÃO INTEMPESTIVA DE DECISÕES E ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p>	<p>R.4) Propor normativo interno, para deliberação do Conselho de Administração do FUNDAF, que estabeleça procedimentos para divulgação tempestiva de atas e decisões, com prazos a serem obedecidos e casos em que os assuntos tratados serão classificados como sigilosos, sendo necessária apresentação de justificativa em observância à Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012 (Lei de Acesso à Informação - DF).</p>	Média

RA 55/2021 - DACIG	Fiscal	1.3	PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FISCAL NÃO IMPLEMENTADOS OU EXECUTADOS	R.5) Demandar da SEEC/DF a criação de projetos relativos ao que dispõe o art. 2º, incisos II e IV, da Lei nº 3.311/2004.	Média
RA 55/2021 - DACIG	Fiscal	1.4	DESCUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA REGIMENTAL REFERENTE À REALIZAÇÃO DE REUNIÕES MENSAS	R.7) Estabelecer cronograma de reuniões para o exercício seguinte, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração do Fundo, em até 45 dias antes do fim do exercício corrente.	Média

Verifica-se que foi (ram) apontada (s), para o período sob análise, 04 (quatro) falhas médias.

5. EFICIÊNCIA E EFICÁCIA

Os exames foram realizados por meio de amostragem, com o julgamento fundamentado na documentação comprobatória dos atos e fatos praticados nas referidas gestões e pelas informações obtidas no Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGo).

Conforme disposto, é apresentado a seguir a aferição da eficiência e eficácia das gestões orçamentária, financeira, patrimonial e contábil referente à Tomada de Contas Anual do Fundo de Modernização e Reparelhamento da Administração Fazendária - FUNDAF:

TABELA 3 - Eficiência e Eficácia por Gestão

	Grau de Eficácia	Grau de Eficiência
Gestão Orçamentária	Razoavelmente Eficaz	Eficiente
Gestão Financeira	Eficaz	Razoavelmente Eficiente
Gestão Patrimonial	Não se Aplica	Não se Aplica
Gestão Contábil	Eficaz	Eficiente

6. CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados e considerando as demais informações, considera-se que o Relatório está apto para a certificação, em obediência ao Decreto nº 33.215/2012, alterado pelo Decreto nº 37.091/2016.



Documento assinado eletronicamente por **IVES TOMOYUKI DE CARVALHO YOKOTA - Matr.0187400-4, Auditor de Controle Interno**, em 01/12/2021, às 22:56, conforme art. 6º do



Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **75268893** código CRC= **389B0431**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 12º ao 14º andar - Bairro Zona Cívica Administrativa - CEP 70075-900 - DF

00480-00005096/2021-61

Doc. SEI/GDF 75268893